

Entre a rigidez e o rigor do conceito: uma crítica ao discurso teórico redutor

Between the Rigidity and Rigor of the Concept: a
critique of reductive theoretical discourse

Paulo Sérgio Raposo da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Resumo

A confiança absoluta no conceito como expressão exata dos fenômenos e suficiente é uma das tendências mais recorrentes da tradição racionalista e sistematizadora do pensamento ocidental. Ao privilegiar a formalização conceitual como instrumento autossuficiente para a inteligibilidade do real, o risco de reduzir a multiplicidade das experiências a estruturas rígidas e limitantes é tanto mais prejudicial ao conhecimento quanto uma forma de distorcer verdades. Com o objetivo de promover a autocritica nas áreas do conhecimento, na formação das consciências, nas práticas científicas e reflexões filosóficas, para que o ato de conceituar seja menos um fim em si mesmo do que um meio por causa do qual o pensamento se reelabora, este artigo discute os problemas epistemológicos decorrentes desta postura por meio de uma abordagem qualitativa de revisão teórica, analisando como a absolutização do conceito pode produzir simplificações, obscurecer a dinâmica do vivido e instaurar uma distância artificial entre conhecimento e realidade. Seu principal argumento é que o conceito, embora indispensável à organização do pensamento, deve ser compreendido como instrumento provisório e aberto. Deste modo, tanto sujeitos conceituadores quanto suas formulações devem ser capazes de dialogar com a imprevisibilidade e a incerteza dos fenômenos, para que, como resultado deste diálogo, o conceito seja reconhecido mediador, não como reflexo da realidade.

Palavras-chave: conceito; autocritica; pensamento; conhecimento.

Abstract

Unwavering confidence in the concept as an exact and sufficient expression of phenomena is one of the most recurring tendencies in the rationalist and systematizing tradition of Western thought. By prioritizing conceptual formalization as a self-sufficient tool for understanding reality, the risk of reducing the multiplicity of experiences to rigid and limiting structures is all the more detrimental to knowledge as a means of distorting truths. With the aim of promoting self-criticism in the areas of knowledge, in the formation of consciousness, in scientific practices, and in philosophical reflections, so that the act of conceptualizing is less an end in itself than a means by which thought is reworked, this article discusses the epistemological problems arising from this stance through a qualitative approach to theoretical review, analyzing how the absolutization of the concept can produce simplifications, obscure the dynamics of lived experience, and establish an artificial distance between knowledge and reality. Its main argument is that the concept, although indispensable to the organization of thought, must be understood as a provisional and open instrument. Thus, both conceptualizing subjects and their formulations must be capable of engaging with the unpredictability and uncertainty of phenomena, so that, as a result of this dialogue, the concept is recognized as a mediator, not as a reflection of reality.

Keyword: concept; self-criticism; thought; knowledge.

Informações do artigo

Submetido em 18/02/2026
Aprovado em 06/05/2026
Publicado em 15/05/2026

 <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2026.v26n2.p21-39>



Esta obra está licenciada sob uma licença
Creative Commons CC BY 4.0

Como ser citado (modelo ABNT)

SILVA, Paulo Sérgio Raposo da. Entre a rigidez e o rigor do conceito: uma crítica ao discurso teórico redutor. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 26, n. 2, p. 21-39, maio/ago. 2026

INTRODUÇÃO

A doutrina-do-saber-total rejeita a realidade que a contradiz e o conhecimento que a contesta.

Edgar Morin

A heterogeneidade mundana nos interdita o acesso ao saber absoluto

Michel Maffesoli

A reflexão desenvolvida aqui não visa rejeitar a atividade conceitual, mas recolocá-la em sua condição própria – aberta, incompleta e provisória. A rigidez e o rigor do conceito são elementos fundamentais da racionalidade moderna, na medida em que permitem delimitar, classificar e organizar a experiência em estruturas inteligíveis. O conceito, ao operar por meio da definição e da determinação, busca estabilizar o sentido dos fenômenos, reduzindo a ambiguidade e garantindo a coerência do pensamento. Esse rigor não é, em si mesmo, problemático; ao contrário, ele representa uma condição indispensável para a comunicação do conhecimento e para a construção de sistemas teóricos consistentes. Entretanto, quando essa rigidez se transforma em princípio absoluto, surge uma tensão profunda entre a fixidez conceitual e a dinâmica do real, que é feito de transformação e multiplicidade. A dinâmica do real implica a coexistência de elementos contraditórios, a emergência de novas configurações e a dissolução de formas anteriormente estáveis.

O conceito formulado sob a égide da invariância tende a operar como instrumento de congelamento da realidade, impondo-lhe contornos fixos que não correspondem à fluidez de sua constituição. O rigor conceitual, quando desvinculado da abertura à autocrítica, transforma-se em mecanismo de simplificação, pois privilegia a estabilidade em detrimento da transformação. É certo que a elaboração conceitual constitui um dos pilares fundamentais da produção do conhecimento, já que é por meio dos conceitos que o pensamento organiza a experiência, estabelece distinções e constrói sistemas interpretativos capazes de conferir inteligibilidade ao real. Todavia, não deve ser um ponto final e tampouco a consumação da ação científica, sob pena de submeter a realidade

às suas próprias categorias, em vez de permitir que estas sejam continuamente reformuladas pela experiencição do todo tanto quanto das partes da realidade.

A relação acrítica com conceitos tende a produzir, assim, uma inversão epistemológica. O que deveria funcionar como mediação torna-se instância normativa, e o que deveria ser provisório converte-se em estrutura rígida. Tal absolutização implica consequências que pode inviabilizar o esclarecimento, especialmente quando se trata de compreender fenômenos complexos, históricos e socialmente situados, afinal subordina esses fenômenos à formalização discursiva, que sempre é ideológica, unilateralmente ideológica. Em contrapartida, a realidade vivida do conhecível é múltipla e polissêmica, resiste à redução a formas argumentativas e as desafiam. Toda tentativa de aprisioná-la em definições fixas a contrapõe gerando simplificações que obscurecem aquilo que o sujeito do conhecimento busca compreender. Por isso, torna-se necessário problematizar a o conceito e o ideário que o envolve, examinando seus limites e implicações.

Para Edgar Morin (2003, p. 48), “os conceitos são magnéticos, não geográficos. São núcleos dos quais emanam linhas de força. A definição rigorosa deve buscar não fechar a fronteira em torno do conceito, mas caracterizar o núcleo a partir do qual se opera a radiação”. Sendo assim, a exigência de rigor consiste precisamente em evitar o encerramento de um tema ou questão em limites fixos e excludentes, dado que tal exigência redundaria na tarefa de identificar o núcleo organizador a partir do qual o conceito organiza os horizontes interpretativos. Nestes termos, ao invés de fixar fronteiras, o rigor designa a capacidade de acompanhar as variações do objeto e do sujeito, entendidos como sedimentações que ocorrem a partir do contato e das interferências que um pode causar no outro através desse contato, mantendo abertas as possibilidades interpretativas. O fechamento conceitual, ao delimitar de maneira exclusiva os contornos de um fenômeno, impede a consideração de suas interdependências, suas ambiguidades e suas transformações históricas.

Conforme Michel Maffesoli (2007, p. 63), “referindo-se a um objeto particular o conceito é uno ou, pelo menos, compõe-se com conceitos vizinhos para constituir uma unidade. Determina a verdade, o que deve ser a verdade”. Esta maneira de operar tende ao autoritarismo e, portanto, à subjugação das

verdades a regimes de disseminação reducionistas, posto que “tudo o que escapa ao seu domínio incide em erro e perde direito à existência. Eis, um tanto esquematizada, a lógica do ‘dever ser’ que caracteriza a atitude conceitual” (*Ibid.*). Contra isto toda atitude científica, reflexiva e filosófica que se preocupe em alcançar o maior nível de precisão e contemplar a realidade em sua polissemia deve se posicionar, afinal “constranger a heterogeneidade da vida à unicidade do conceito sempre teve graves consequências para a história humana. Por isso é preferível opor a moleza (i.e., flexibilidade e suavidade) da noção à rigidez do conceito” (*Ibid.*).

Levando em consideração tais questões, por meio de uma abordagem qualitativa de revisão teórica, este artigo propõe uma discussão sobre a natureza do conceito e suas implicações como categoria de análise, diferenciando rigor de rigidez. Seu objetivo é promover a autocrítica nas áreas do conhecimento, na formação das consciências, nas práticas científicas e reflexões filosóficas, para que o ato de conceituar seja menos um fim em si mesmo do que um meio por causa do qual o pensamento se reelabora, este artigo discute os problemas epistemológicos decorrentes desta postura por meio de uma abordagem qualitativa de revisão teórica, analisando como a absolutização do conceito pode produzir simplificações, obscurecer a dinâmica do vivido e instaurar uma distância artificial entre conhecimento e realidade. Embora indispensável à organização do pensamento, contudo, essa categoria deve ser posta em discussão para não se degenerar em unilateralismo.

Deste modo, tanto sujeitos do conhecimento quanto suas formulações devem ser capazes de dialogar com a imprevisibilidade e a incerteza dos fenômenos, para que, como resultado deste diálogo, o conceito seja reconhecido mediador, não como reflexo da realidade. Isto posto, torna-se central a tarefa de identificar o núcleo organizador a partir do qual o conceito estrutura os horizontes interpretativos. Tal núcleo não corresponde a uma essência fixa, mas a um princípio de inteligibilidade que orienta a leitura do fenômeno sem o esgotar, sem a pretensão de exaurir possibilidades discursivas.

Como resultado das reflexões deste artigo, proponho, em primeiro lugar, a adoção de uma epistemologia da abertura conceitual, o que implica reconhecer o conceito como um constructo, não expressão exata das verdades do mundo.

Em segundo lugar, sugiro a centralidade da identificação do núcleo organizador como etapa analítica da construção conceitual. Essa proposta consiste em orientar o trabalho teórico para a explicitação dos princípios de inteligibilidade que estruturam os horizontes interpretativos. Em terceiro lugar, refere-se à incorporação sistemática da imprevisibilidade e da incerteza como elementos constitutivos do processo conceitual. Em vez de tratar a variabilidade dos fenômenos como obstáculo, a investigação científica deve integrá-la como dimensão legítima da produção do conhecimento. Isso implica desenvolver modelos interpretativos capazes de acomodar exceções, tensões e contradições.

2 O CONCEITO COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DA REALIDADE

A atividade conceitual implica, inevitavelmente, um processo de seleção e redução. Quando conceitos são cristalizados como verdades incontestáveis, porém, perdem sua capacidade formativa para serem marcadores morais. O debate intelectual é, então, substituído por lógicas de suspeição, que fazem o diferente ser um inadequado. Ao definir algo, o conceito destaca determinados aspectos e deixa outros em segundo plano. Esse procedimento é indispensável à inteligibilidade, mas torna-se problemático quando se perde de vista seu caráter parcial. Ora, “o mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas” (Merleau-Ponty, 2018, p. 6). Os sistemas que se organizam em torno da invariância do conceito ignoram que toda definição é resultado de escolhas e que tais escolhas dependem de contextos históricos, interesses cognitivos e perspectivas interpretativas, dado que “não podemos submeter nossa percepção do mundo ao olhar filosófico sem deixarmos de nos unir a essa tese do mundo, a esse interesse pelo mundo que nos define” (*Ibid.*, p. 11).

É que “o conceito unifica, simplifica, mas a vida eclode, rebentando todas as coleiras que lhe tentam (im)pôr” (Maffesoli, 2007, p. 75). Quando o conceito é tratado a contrabando como representação fiel e definitiva da realidade,

funciona como um instrumento de manipulação e distorção, haja vista que tudo que não se ajusta às suas categorias passa a ser considerado irrelevante, anômalo ou secundário. Para o autor, “somente por meio de uma resoluta superação do estreito esquematismo racionalista é que teremos meios de entender que as representações coletivas informam as ações e os discursos tidos como mais científicos” (*Ibid.*, p. 98). O contrário da tentativa de executar essa operação persiste na homogeneização do diverso, na qual a pluralidade das experiências é subordinada a esquemas pré-estabelecidos. O resultado é uma forma de conhecimento que privilegia a estabilidade em detrimento da dinâmica e do unilateralismo em detrimento da complexidade, esquecendo-se de que “as verdades aprendidas através do homem são do mundo e elas são importantes por isso” (Lévi-Strauss, 2012, p. 290), não pela linguagem que as traduz.

A linguagem é, adverte Roland Barthes (2013, p. 13), uma legislação e a língua é seu código, de modo que “não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é opressiva”. Simplesmente falar “não é comunicar, como se repete com demasiada frequência, é sujeitar: toda língua é uma reição generalizada” (*Ibid.*, p. 14). Como é próprio da língua realizar esta coisificação geral daquilo que existe, pode e deve ser repensada, pode e deve ser redesenhada e reposicionada para seu poder de estabelecer verdades e padrões ser menos do que ditatorial, o que vale, inclusive, para as produções intelectuais, naquilo que Maffesoli (2007) denomina “imperialismo da teoria”. Ora, aquilo que é reificado é também possuído, e o possuído é compreendido em limitação.

Aquilo que produzimos como verdade e se firma como conceito não deve se petrificar, porque, se quiser comunicar a realidade e ser um tanto mais verossímil, precisa ser dotado de ânimo e mobilidade – ser vivo para quem vive as questões da vida e não somente as pensa. Sendo vivo, voltar-se contra as legislações que petrificam os significados e mudar, adaptar-se quando se mostrar impróprio pela autocrítica, necessária à qualificação do saber não se tornar refém das demarcações dos sistemas teóricos.

De acordo com Michel Foucault (2008, p. 82), “por sistema de formação é preciso, pois, compreender um feixe complexo de relações que funcionam

como regra". Um sistema de formação, em qualquer de seus estabelecimentos, "prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal enunciação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia" (*Ibid.*). Há estruturas que antecedem e condicionam a produção do conhecimento tanto quanto sua enunciação e seus regimes de disseminação. Se quem pensa e articula o pensamento objetivamente não critica essas estruturas e trata os seus artefatos como o conceito com a suspeita que é devida ao espírito científico, tais estruturas funcionam como cercos por causa dos quais a reflexão não funcionará de outra maneira senão repetindo o mesmo e conservando costumes e tradições. A inovação será tão comedida que os termos que a definem serão por si mesmos controversos e necessariamente questionáveis.

Ora, "o mundo está já constituído, mas também não está nunca completamente constituído. Sob o primeiro aspecto, somos solicitados, sob o segundo somos abertos a uma infinidade de possíveis" (Merleau-Ponty, 2018, p. 608). A rigidez conceitual é caracterizada pela gravitação do discurso em torno do seu próprio eixo impedindo a assimilação e implementação de outras formas de dizer as mesmas verdades. O rigor, em contrapartida, caracteriza-se pela vontade e busca inegociável de ser exato em suas preposições, mesmo que isso implique em admitir insuficiência, recompondo, por consequência, ideias e linguagens para as verdades não serem certezas cegas, o contrário da linearidade do positivismo acadêmico, que permite prever e mensurar tudo quanto sujeita.

Esta consciência é o que recoloca os sujeitos que produzem conhecimento na vida e nos reumaniza em meio a tecnocracia, posto que "nenhuma teoria pode fechar-se nela mesma, que nenhuma construção teórica jamais poderá compreender o real e, desde então, que o conhecimento humano não pode ser senão aberto, inacabado" (Morin, 2014, p. 148). Os limites da linguagem são, lembra Ludwig Wittgenstein (2022, p. 229), os limites do nosso mundo, de modo que "a lógica preenche o mundo e os limites do mundo são também os seus limites". A linguagem é, portanto, uma habilidade que contém em si um perigo: comunica e esclarece, porém, quando opera única e exclusivamente para definir as experiências pelas explicações formalistas, torna-

se autoritária, visto que “tudo que vemos poderia ser diferente. Tudo que podemos em geral descrever poderia também ser diferente” (*Ibid.*, p. 231).

O conceito continua e continuará desempenhando a função de organizar o pensamento, mas sua organização não pode se constituir pela exclusão definitiva, mas sim pela capacidade de articulação entre sentidos e significados que lhe escapam. Assim sendo, o núcleo organizador atuará como ponto de convergência entre diferentes e diferenças capaz de orientar a interpretação das multiplicidades sem impedir a incorporação de novos elementos que, em que pese não ser contemplado por um conceito específico, compõem as realidades que tal conceito pretende decifrar. O rigor, então, não será mais sinônimo de exclusividade para representar um elo a partir do qual verdades que estão dispersas podem se comunicar e se interrelacionar. Ao invés de delimitar rigidamente o que pertence ou não a determinado domínio, o conceito passa a funcionar como eixo organizador que permite integrar elementos heterogêneos.

Esta integração não elimina as diferenças, mas as coloca em relação, possibilitando que dimensões aparentemente dispersas sejam interpretadas em conjunto. Desse modo, o pensamento abandona a pretensão de totalização, que é, paradoxalmente, reducionista, e assume a tarefa de articular multiplicidades sem dissolver suas singularidades. A abertura das ideias e da linguagem permite reconhecer que a realidade excede sempre as categorias que a interpretam. Deste ponto de vista, o conceito não será mais uma forma de captura, mas um dispositivo de aproximação dialogal e progressiva. Elementos inicialmente considerados externos ou secundários podem, ao serem integrados, ampliar o alcance interpretativo do conceito e enriquecer sua capacidade explicativa. A articulação entre o que está explicitamente definido e aquilo que permanece em sua periferia torna-se, assim, condição para um pensamento atento à complexidade inerente à vida e os sistemas vivos, ao mundo das coisas, à natureza e ao universo.

Desta forma, o conceito manterá sua função organizadora, contudo essa organização assumirá o caráter relacional e aberto necessário para corresponder ao mundo que quer compreender e comunicar. O núcleo organizador torna-se ponto de convergência dinâmico, capaz de orientar a interpretação das multiplicidades e de acolher novos elementos. O critério

definidor do rigor, por sua vez, concentrar-se-á na capacidade de articulação daqueles que conceituam e teorizam. O pensamento conceitual constituir-se-á como experiência de interrelação e coimplicação entre dados da realidade e os sentidos discursivos que uma teoria conserva, favorecendo uma racionalidade atenta à variabilidade dos fenômenos. Esse movimento de coimplicação produz um conhecimento que não é nem puramente empírico nem exclusivamente abstrato, mas resultado da interação entre ambos, contra a pretensão de totalidade, tão convincente a quem tem a eficácia dos seus saberes socialmente validada.

Como defendeu Foucault (2008, p. 82), “as escolhas teóricas excluem ou implicam, nos enunciados que as efetuam, a formação de certos conceitos, isto é, certas formas de coexistência entre os enunciados”. Ao adotar determinado referencial teórico, o pesquisador estabelece implicitamente critérios de seleção e de organização dos enunciados, definindo quais relações são consideradas pertinentes e quais são marginalizadas. Nesse sentido, toda escolha teórica privilegia certas formas de articulação entre enunciados e restringe outras. Esta implicação revela que os conceitos não emergem de maneira neutra ou espontânea, mas resultam de condições discursivas específicas. Ignorar isso ou tratar como de menor importância, consiste em ser vítima das próprias ideias, afinal “o pensamento que começa de maneira alegre e jovial, porém, sem se preocupar com a configuração histórica de seus problemas, toma-se muito mais a sua presa” (Adorno, 2009, p. 23).

Desta maneira, as escolhas teórico-conceituais-discursivas são tão epistemológicas quanto político-ideológicas. Portanto, devem ser submetidas ao escrutínio, à crítica, ao embate, à depuração, por causa da sua configuração histórica e dos seus condicionamentos. Somente uma atitude fundamentalista é incapaz de submeter suas verdades à tensão, inclusive vinda do exterior dos seus domínios, que nunca serão totais. A crítica não tem como finalidade simplesmente rejeitar determinadas posições, mas qualificá-las, explicitando suas bases e avaliando sua adequação aos objetos que pretendem compreender e sobre os quais falam. O reconhecimento de que nenhum campo teórico é total reforça a necessidade de diálogo e de interrogação constante, o que reitera a importância da transdisciplinaridade.

3 A ILUSÃO DA TOTALIZAÇÃO CONCEITUAL

Outro problema decorrente de uma relação ruim com o conceito é sua ilusão de totalidade. Ao elaborar sistemas conceituais abrangentes, o pensamento pode acreditar que alcançou uma explicação completa dos fenômenos. Essa pretensão totalizante desconsidera que a realidade é sempre mais ampla do que qualquer estrutura interpretativa que busca apreender o todo. A totalização conceitual tende a eliminar a incerteza, substituindo-a por uma falsa segurança epistemológica, funcionando como grade de contenção de verdades, que, por existirem antes da formulação teórica, estão além e aquém da conceituação. É um erro fundamental, tendo em vista que, segundo Theodor Adorno (2009, p. 23), “o mundo amarrado objetivamente em suas bordas e transformado em uma totalidade não deixa a consciência livre. Ele a fixa incessantemente no ponto de onde ela quer se evadir”. Por isso mesmo “é preciso se opor à totalidade, imputando-lhe a não-identidade consigo mesma que ela recusa segundo o seu próprio conceito” (*Ibid.*, p. 128-129).

A totalidade, enquanto representada pela autossuficiência do conceito, quando concebida como estrutura plenamente coerente e abrangente, tende a afirmar sua própria completude, recusando a presença de fissuras, contradições ou elementos que escapem à sua lógica interna. É uma falsidade ideológica em relação ao mundo tal qual, mais do que conhecemos, experienciamos. Sua pretensão de identidade consigo mesma revela um problema fundamental: ao buscar a unidade absoluta, a totalidade ignora a heterogeneidade constitutiva dos fenômenos que pretende abarcar. Toda construção totalizante contém, em seu interior, elementos que não se ajustam plenamente à vida vivida, ao pensamento experimentado e ao devir, que é constitutivo do universo que ocupamos e da sua dinâmica. As lacunas do conhecimento logo são falsamente preenchidas por deduções do próprio sistema conceitual que o abarca, e não por imposição da experiência. O pensamento se restringe a circular dentro de suas próprias categorias, funcionando única e exclusivamente para se autoafirmar.

Agindo assim, produz categorias que, por causa do seu dogmatismo, inviabilizam a reconstituição de ideias e significados. Uma racionalidade que busca a integralidade precisa, ao contrário, garantir a liberdade para a ressignificação, afinal o fechamento conceitual impede essa conquista da qual a inventividade se beneficia, promulgando fundamentalismos disfarçados de objetivismo. A reflexão crítica é substituída pela conformação, e a criatividade interpretativa cede lugar à servidão voluntária das ideias, o que pode ser, em última instância, a servidão do próprio sujeito que pensa. O conceito como categoria totalizante, então, limita o conhecimento e restringe a capacidade de renovação do pensamento científico, filosófico ou teórico. A defesa de uma ciência desprovida de dogmas implica, pois, a criação de condições institucionais, metodológicas e discursivas que garantam condições de possibilidade para recriar fundamentos.

Com efeito, “nomear não é dizer a verdade, e sim atribuir àquilo que se nomeia o poder de nos fazer sentir e pensar no que o nome suscita” (Stengers, 2015, p. 37), porque “nossas ideias não são reflexos do real, mas traduções dele” (Morin, 2018, p. 145), que se forjam a partir de recortes e esferas de ação determinados pelas próprias condições da produção do conhecimento, da reflexão objetiva ou de qualquer outra maneira de interpretar a realidade. Exatamente por isto é que “deveria haver tantos nomes quantas coisas a nomear” (Foucault, 2016, p. 135), afinal “o que um campo permite afirmar, um outro campo pode contradizer sem que por isso um dos testemunhos seja falso, ou sem que as duas situações possam ser julgadas intrinsecamente diferentes” (Stengers, 2002, p. 170). Entre as palavras e o que existe de fato há um fosso cuja opacidade convida a imaginação teórica a exercer suas habilidades, de sorte que “a busca da verdade só pode fazer-se por meio da errância e da itinerância” (Morin, 2018, p. 154).

Ora, “o mundo se esquia. As coisas não são totalmente o que são. Elas não persistem. Elas mudam, crescem, se degradam, se transformam. Tornam-se outra coisa” (Wolff, 2022, p. 323). Por isso mesmo é preciso identificar para compreender e “alterizar”, isto é, “buscar infinitamente outra coisa” (*Ibid.*, p. 163), afinal “o mundo não é construído sob medida por uma ordenação segura dos nomes. Por mais que os nomes sejam invariáveis, as coisas sempre variam”

(*Ibid.*, p. 323). Uma verdade é e deve ser pública, o que implica dispensar estilo único, não por ser incomensurável ou está em constante expansão, como o universo dos astrônomos, lembra Francis Wolff (*Ibid.*, p. 150), “mas porque sua infinitude corresponde à exata medida das capacidades infinitas da linguagem humana”. Nenhum sistema decodificador esgota o mundo, porque todos os sistemas disponíveis são eles mesmos partes do todo que pretendem dissecar. Todas as tentativas de decodificar estão em vias de acesso para a descoberta e comunicação do que não pode ser dito ou organizado pelas formalidades discursivas e científicas.

Cumprе ressaltar, então, que “o mundo não é construído sob medida por uma ordenação segura dos nomes. Por mais que os nomes sejam invariáveis, as coisas sempre variam” (Wolff, 2022, p. 323). As realidades vividas e pensadas por meio do conceito como artifício totalizante, expressão da rigidez do pensamento, tornam-se secundárias em relação à coerência conceitual, e os fenômenos são interpretados de acordo com sua adequação às categorizações, como se estas fossem o fim absoluto do trabalho científico e reflexivo. O resultado é uma forma de conhecimento que privilegia a consistência interna em detrimento da fidelidade ao real, em uma expressão do mais criticável corporativismo das comunidades acadêmicas, que distancia o conhecimento da experiência.

Sem que seus agentes percebam, o conceito passa a descrever uma realidade que quanto mais é obrigada a se encaixar na teoria mais idealizada é, haja vista que é construída a partir de suas próprias exigências lógicas, enquanto a experimentação do real permanece marcada por contingências. A confiança absoluta no conceito tende a desvalorizar formas de saber e ser que são legítimos e proficientes, só por não se enquadrarem em suas geometrias. Levada até às suas últimas consequências, essa confiança faz com que o conhecimento prático, os sentidos comuns, as ideias cotidianas, as narrativas populares e tradicionais, por exemplo, sejam rebaixadas a meros objetos de análise.

Acima dos demais, não tem outra tarefa a executar senão tratar como exótico ou um totalmente outro o exercício de uma racionalidade que é a nossa, que é a da condição humana e das suas incontáveis manifestações. Nós não somos definitivos, o universo também não é, assim como o mundo em que

vivemos e construímos. Se um conceito ou um discurso pretende sê-lo, será sob a condição de falar sobre constructos, nada mais do que constructos, enquanto a vida e os vivos, o ser e a existência continuarão a dizer o que as narrativas totalizantes não poderão enunciar.

A conceituação é e deve ser, ao contrário daquilo que escolas e tradições de pensamento fundamentalistas fazem crer, um feito provisório. A diversidade discursiva e conceitual torna-se, assim, condição para a compreensão dos fenômenos e das realidades, que sempre a superarão, por serem compostas por incontáveis interações e interconexões. Ao desfazer o vínculo com o pensamento totalizante, pode fazer com que o conhecimento seja mais eficaz, pertinente e atento à singularidade das diversidades, tanto quanto da diversidade que há em uma singularidade. O conceito passa a funcionar como meio de articulação, não como termo de conclusão.

Deste modo, pode-se preservar a atividade conceitual sem incorrer no grave erro do reducionismo, próprio da racionalização, que é a “sósia demente da razão” (Morin, 2013, p. 231) e sua distorção: “é a lógica fechada, demencial, que opera se aplicando unilateralmente ao real, e quando o real não se submete a essa lógica, nega-se o real, ou, então, coloca-se nele um fórceps para que ele a obedeça” (Morin, 2014, p. 123). Isto posto, vale ressaltar que “todos os conceitos, mesmo os filosóficos, apontam para um elemento não-conceitual porque eles são, por sua parte, momentos da realidade que impele à sua formação – primariamente com o propósito de dominação da natureza” (Adorno, 2009, p. 18).

Além do mais, “a aparência que a mediação conceitual assume para si mesma, desde o interior, o primado de sua esfera, da esfera sem a qual nada seria concebido, não pode ser confundida com o que essa mediação é em si” (Adorno, 2009, p. 18). A razão para ser assim é que “uma tal aparência do que é em si lhe é conferida pelo movimento que a exime da realidade à qual ela está por sua vez atrelada” (Adorno, 2009, p. 18). Ou seja, a elaboração conceitual tende, com frequência, a adquirir um estatuto de autonomia que a faz parecer autossuficiente, como se o domínio das ideias pudesse fundamentar-se exclusivamente em sua própria coerência formal.

Não deve ser assim, pois os conceitos são, ainda que esclarecedores, artifícios retóricos, “não nos esperam inteiramente feitos, como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 13). A pretensa independência do pensamento, que ignora o caráter circunstancial da ciência ou da reflexão objetiva, encobre a dependência constitutiva entre a atividade teórica e o mundo ao qual se refere. Essa dinâmica ocorre porque o próprio processo de abstração, consequência do afastamento das experiências das verdades, cria a impressão de que o pensamento se emancipa das determinações concretas. A distância produzida pelo imperialismo intelectual do conceito favorece a ilusão de que conceituar é caracterizar tudo que há para ser caracterizado da existência própria. A crítica que se impõe, então, exige reconhecer que a atividade conceitual, embora indispensável a sistemas lógicos, não substitui o que o mundo, as pessoas e os fenômenos têm a dizer por si mesmos. Para todos os efeitos, a autonomia relativa do pensamento deve ser, isto sim, compreendida como recurso metodológico, e não como fundamento absoluto.

4 O CONCEITO COMO MEDIAÇÃO, NÃO COMO ABSOLUTO

Devemos recolocar o conceito em sua posição de mediação para sermos capazes de valorizá-lo sem o absolutizar. Sua validade deve depender de sua capacidade de dialogar com a vida em curso e de se adaptar às transformações dos fatos e de suas novas interações. A valorização do conceito deve se vincular à sua plasticidade e à sua capacidade de interlocução. Dado que “um conceito não exige somente um problema sob o qual remaneja ou substitui conceitos precedentes, mas uma encruzilhada de problemas em que se alia a outros conceitos coexistentes” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 30), não deve se reduzir a delimitar um domínio e um significado específicos inalteráveis; deve operar como instância de interrelação entre diferentes e diferenças. Isso porque sua função mediadora consiste precisamente em estabelecer conexões entre noções heterotópicas, permitindo que tais noções se iluminem reciprocamente pela alteridade e produzam tipos interpretativos que sejam menos impositivos e mais

dialogais, de sorte a concretizar que “as zonas e as pontes são as juntas do conceito” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 32):

um conceito é uma heterogênesse, isto é, uma ordenação de seus componentes por zonas de vizinhança. É ordinal, é uma intensão presente em todos os traços que o compõem. Não cessando de percorrê-los segundo uma ordem sem distância, o conceito está em estado de sobrevoos com relação a seus componentes. Ele é imediatamente copresente sem nenhuma distância de todos os seus componentes ou variações, passa e repassa por eles: é um ritornelo, um opus com sua cifra (Deleuze; Guattari, 1997, p. 32-33).

Em nome da sinceridade e compostura intelectuais, filósofos, cientistas, teóricos ou qualquer outro formulador de ideias feitas para serem compartilhadas devem assentir tanto quanto revelar em seus trabalhos que “o conceito diz o acontecimento, não a essência ou a coisa” (*Ibid.*, 1997, p. 33). Não captura substâncias, mas sim intermedia a relação entre sujeitos e objetos no interior da experiência de determinação e autodeterminação de um pelo outro. Não fixa o real em uma identidade estável, de modo que “uma formação discursiva não desempenha pois, o papel de uma figura que para o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais” (Foucault, 2008, p. 83). Uma formação discursiva, traduz, em termos de uma linguagem dada, as formas das realidades, que, por causa de seu caráter inexpugnável, pronuncia-se através de diferentes formas expressivas.

O conceito não é o correlato absoluto dos fatos; é só mais um dos seus representantes, afinal determina “uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos” (Foucault, 2008, p. 83). Pode ser um dos melhores representantes, mas será um, apenas um dentre outros que as variações linguísticas, culturais e historiográficas proporcionam. Isso porque não é, observa Michel Foucault (*Ibid.*), uma forma intemporal, mas “um esquema de correspondência entre diversas séries temporais”. Por isso mesmo o conceito é “real sem ser atual, ideal sem ser abstrato” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 34). Por conseguinte, há sempre uma medida de imprecisão entre o formulado em uma teoria e aquilo

que realmente acontece ou aconteceu. Isso é o que obriga a produção do conhecimento a buscar aquilo que lhe escapou, identificável apenas e tão somente pela admissão daquela medida cuja existência só pode ser negada por um fanático.

Aspectos singulares, contingentes ou ainda não tematizados permanecem fora do alcance da formulação conceitual, instaurando uma diferença inevitável entre o pensado e o ocorrido. Tal diferença não invalida a teoria, mas delimita o horizonte dentro do qual ela opera, indicando que toda construção cognitiva permanece aberta à revisão. Esta medida de imprecisão desempenha, paradoxalmente, uma função produtiva no desenvolvimento do conhecimento. Ao reconhecer que o real excede as formulações disponíveis, a investigação é compelida a retomar seus próprios pressupostos e a explorar o inexplorado pela sistematização inicial. O processo cognitivo assume, assim, um caráter autorreflexivo, no qual a teoria não apenas interpreta o mundo; confronta-se com seus problemas internos. Esta é a condição de possibilidade para o avanço do pensamento, já que permite identificar lacunas e inconsistências, o que, por sua vez, demanda novas mediações conceituais e novas abordagens epistêmico-metodológicas.

Negar a margem de imprecisão equivale a absolutizar o conhecimento produzido à semelhança de quem defende uma fé, convertendo-o em um imune ao que pode expandi-lo e qualificá-lo. Tal postura implica substituir o movimento crítico por uma adesão cega, na qual a teoria deixa de ser instrumento de compreensão para tornar-se critério rígido de autovalidação. Ao contrário, o reconhecimento daquilo que escapa à formulação teórica preserva a abertura do conhecimento e sustenta sua dimensão dinâmica. O progresso cognitivo depende fundamentalmente da capacidade de assumir essa diferença como estímulo à investigação contínua, transformando a incompletude em princípio metodológico e a revisão permanente em exigência epistemológica. O que escapa à formulação inicial é índice de descoberta de novas formas discursivas e interpretativas, funcionando como elemento que impulsiona saberes, lembrando que a produção do conhecimento deve ser encarada como ato de aproximação, no qual cada formulação representa apenas uma etapa de um processo mais amplo.

Para isto acontecer, os sujeitos do conhecimento e seus procedimentos devem estar na vida que é a de todos, e essa vida é experimentada a despeito do que se teoriza, de maneira que “a prática teórica só pode esperar sair de seu gueto abrindo-se para as lutas reais” (Guattari, 2024, p. 24). Será isso ou se perder instruindo outros, afinal “nunca se pode estar seguro de que não se vá resvalar a qualquer momento para uma política burocrática ou de prestígio, uma interpretação paranoica, uma cumplicidade inconsciente com os poderes vigentes ou uma interiorização da repressão” (*Ibid.*, p. 35-36). As práticas intelectuais são precárias como precários são aqueles que as executam, como precárias são as políticas que criam e com as quais se enredam. Não se desenvolvem em um espaço neutro, mas no interior de relações atravessadas por imposições, interesses e disputas. Resistimos a este campo de contradições e oposições depurando nossos conceitos, discursos e teorias dos seus jogos de poder ou nem o que dizemos para o bem estará livre do abuso e do erro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos valorizar o diálogo entre sujeitos conceituadores e seus objetos de investigação, entre objetos e contextos, entre crítica e autocrítica para superar a pretensão de domínio total dos termos da realidade. O conceito não deve ser concebido como reflexo direto da realidade, mas como mediação construída na interação entre teoria e experiência. O pesquisador, neste contexto, assume posição autorreflexiva, reconhecendo sua participação na produção dos sentidos que atribui aos fenômenos como formulador de verdades que nem sempre são completas. O resultado é a modéstia intelectual, virtude com a qual todos que almejam conhecer mais e melhor devem ter. Tal postura contribui para evitar a reificação das categorias analíticas, de modo que a produção acadêmica pode avançar em direção a uma racionalidade que, sem abdicar do rigor, reconhece suas limitações para se requalificar.

Não existe alternativa ao pensamento pertinente que não seja adotar uma racionalidade sensível à multiplicidade das práticas discursivas. Essa racionalidade reconhece que os fenômenos podem ser compreendidos a partir de diferentes perspectivas e que nenhuma delas esgota o campo de

significações possível. O conceito, nesse contexto, atua como ponto de convergência disposto à mutação, capaz de organizar interpretações sem eliminar a diversidade de sentidos. Tal orientação favorece a construção de conhecimentos mais integradores e menos excludentes. As propostas apresentadas convergem para uma reformulação da prática conceitual no âmbito acadêmico. O conceito permanece indispensável à organização do pensamento, mas sua função passa a ser mediadora e aberta. A identificação do núcleo organizador, a incorporação da incerteza, o diálogo entre teoria e experiência e a redefinição do rigor como articulação constituem diretrizes que permitem desenvolver uma racionalidade capaz de compreender a complexidade dos fenômenos sem reduzir sua multiplicidade.

Neste horizonte epistemológico, o conhecimento não se apresenta como sistema fechado, mas como processo contínuo de elaboração, no qual o conceito permanece instrumento indispensável, porém sempre incompleto. Assim compreendido, o conhecimento poderá se organizar através construções progressivas que se transformam à medida que novas experiências, dados e perspectivas teóricas são incorporados ao campo da reflexão. A natureza provisória do conceito não diminui sua importância; ao contrário, reforça seu papel no dinamismo do conhecimento. Ao reconhecer que nenhuma definição é definitiva, o pensamento mantém-se aberto à incorporação de novos elementos e à revisão de seus pressupostos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. São Paulo: Zahar, 2009.

BARTHES, Roland. *Aula*: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciado dia 7 de janeiro de 1977. São Paulo: Cultrix, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

- GUATTARI, Félix. *Revolução molecular*. São Paulo: Ubu, 2024.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2012.
- MAFFESOLI, Michel. *O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva*. São Paulo: Sulina, 2007.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- MORIN, Edgar. *X da questão: o sujeito à flor da pele*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MORIN, Edgar. *Meus demônios*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- MORIN, Edgar. *Meus filósofos*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.
- WOLFF, Francis. *O mundo em primeira pessoa: entrevistas com André Comte-Sponville*. São Paulo: Unesp, 2022.

DADOS DO AUTOR

Paulo Sérgio Raposo da Silva

Graduado em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e em Filosofia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), com mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente, doutorando em Educação pela UFRN.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3558-3448>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7436668393674545>

E-mail: pauloraposo10@gmail.com